

RESUMO - GT2: GÊNERO, SEXUALIDADE E EROSÃO DEMOCRÁTICA NA  
CONTEMPORANEIDADE: EFEITOS, ATORES E RESISTÊNCIAS

**GÊNERO, VIOLÊNCIA E MEMÓRIA: REVISANDO AS NARRATIVAS DA  
DITADURA MILITAR PERNAMBUCANA PARA UMA JUSTIÇA DE  
TRANSIÇÃO INCLUSIVA.**

*Maria Carolina Barreto Bezerra (maria.00000844980@unicap.br)*

A pesquisa investiga o papel das mulheres e as dinâmicas de gênero na justiça de transição brasileira, com foco na repressão durante a ditadura militar (1964–1985) e na realidade pernambucana. Partindo do entendimento de que a justiça de transição deve promover verdade, memória, responsabilização e reparação, o estudo destaca que esses processos permanecem incompletos quando não incorporam uma perspectiva de gênero capaz de revelar desigualdades estruturais e violências específicas. Apoiada em autoras como Lourdes Bandeira, Nancy Fraser e Judith Butler, a pesquisa demonstra que as experiências femininas foram historicamente marginalizadas tanto nos discursos oficiais quanto na memória coletiva, resultando em políticas de reparação insuficientes e pouco sensíveis às particularidades das mulheres perseguidas politicamente.

A metodologia adotada, de natureza dedutiva e baseada em amostragem, reuniu revisão bibliográfica e, principalmente, a análise documental. Foram examinados relatórios da Comissão Nacional da Verdade, documentos do CENIMAR e arquivos da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. A categorização do material enfatizou temas como violência sexual, resistência feminina, apagamento institucional e políticas de reparação.

Casos como os de Ranuzia Alves Rodrigues e Soledad Barrett Viedma evidenciam como a narrativa estatal priorizou sua classificação como “subversivas” ou “terroristas”, apagando tanto os elementos de violência de gênero quanto o protagonismo dessas mulheres na luta política.

Os resultados revelam um padrão consistente de invisibilização: a violência de gênero foi tratada como dano colateral, quando, na prática, constituiu instrumento central de controle político e dominação patriarcal. Torturas sexuais, humilhações de cunho misógino e estigmatizações morais foram amplamente utilizadas contra mulheres militantes, mas raramente reconhecidas nos registros oficiais. Além disso, mesmo em processos contemporâneos de justiça de transição, o enfoque permanece majoritariamente neutro ou masculino, deixando de contemplar desigualdades que moldaram as vivências femininas durante o regime militar.

A discussão demonstra que políticas de memória e reparação precisam articular redistribuição e reconhecimento, como propõe Fraser, incorporando também perspectivas interseccionais que compreendam como gênero, classe e nacionalidade influenciaram as formas de repressão. A ausência dessa abordagem limita não apenas o alcance simbólico da justiça, mas também sua capacidade de prevenir a repetição de violações.

Conclui-se que a construção de uma justiça de transição mais justa e completa depende do resgate ativo das histórias das mulheres, da visibilização das violências específicas que sofreram e da reformulação de políticas públicas que contemplem suas demandas. Ao recuperar essas memórias silenciadas, a pesquisa contribui para o fortalecimento da democracia, ampliando o entendimento sobre o passado e criando bases mais sólidas para a igualdade de gênero no presente.

Palavras-chave: gênero; violência; justiça de transição; narrativa.